



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, SEGURANÇA PÚBLICA E
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

PRESIDENTE: JULIANA CARDOSO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26 DE JUNHO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) - Boa noite a todos, companheiros e companheiras, vamos nos organizando para iniciar nosso ato. Obrigada.

Estamos com dificuldades técnicas, o Plenário da Casa ainda não finalizou, porque estamos fazendo a discussão da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que será votada hoje.

Para não prejudicar o evento, porque todos já chegaram cedo, temos uma mesa bastante extensa para discussão dos trabalhos, vou abrir a audiência pública e os companheiros do movimento que estão na mesa dirigirão os trabalhos até que possamos retornar para estarmos juntos na discussão.

Infelizmente, não pudemos terminar o Plenário antes, devido às pautas que têm na Casa, creio que todos devem estar acompanhando pela imprensa.

Esta audiência pública foi combinada junto com a Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa que, com o Deputado Adriano Diogo, também estão discutindo a LDO em Plenário.

Por conta dos eventos do Plenário, não conseguimos ficar com vocês neste momento.

Mas creio que como a mesa é extensa, o movimento está presente sempre e estamos iniciando nossos trabalhos.

Da forma regimental, declaro iniciados os trabalhos da audiência pública da Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos, Cidadania e Relações Internacionais, para discutir sobre a polêmica a respeito da redução da maioria penal.

Informo que esta reunião está sendo transmitida, através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line.

As pessoas que estão lá fora podem nos acompanhar, mas também tem o pessoal que está gravando, fazendo um *link*, e as pessoas que chegaram já fizeram o seu depoimento.

Há também a relação das fotos, conforme discussão na organização, essas fotos

serão para que depois coloquemos no nosso *Face*, várias pessoas que são contrárias à redução da maioria.

É importante até para a gente fortalecer um pouco a discussão na rede e na mídia.

Tem um histórico nesse período para chegarmos ao evento de hoje. Iniciou com uma pequena discussão, num pequeno grupo, em cima da nossa preocupação de que a gente ainda não conseguia envolver todas as pessoas que são ligadas a movimentos sociais populares, à sociedade civil, para poder ter um debate mais intenso na questão da redução da maioria.

Sabemos que houve outros eventos em vários locais, mas a ideia era que uníssemos todas essas forças para que iniciássemos hoje como audiência pública, mas que daqui preparássemos algumas ações fortes, inclusive de rua, para poder colocar essa pauta na rua. Porque do jeito que a mídia tem colocado, parece que é só um lado que apoia a redução da maioria e a gente não consegue passar essa organização para fora.

Este encontro, assim como os outros, é para dizer que há outro público e outro olhar nessa relação da questão dos direitos.

Há cerca de dois meses este grupo vem se reunindo semanalmente, até conseguir chegar neste evento, no dia de hoje. É muito maravilhoso porque vejo daqui várias pessoas que sempre estão na luta há muito tempo e, como sabemos, são contra a redução.

Farei a abertura da mesa para as pessoas já iniciarem a discussão.

Quando iniciamos a discussão pensamos que tinha tanta gente boa para falar que daria quase 30 pessoas. Infelizmente, o tempo não permite, e acabaria o evento esvaziado. Discutiu-se uma mesa para debater e abrir para o plenário, porque não adianta a gente só ouvir e não conhecer a opinião do plenário.

O Alfredo, da Comissão de Direitos Humanos, fará as inscrições enquanto a gente tem a abertura da mesa.

O Movimento da Redução da Maioridade Penal está sendo representado pela Sueli

Camargo, da Pastoral; a Comissão Permanente de Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo, representada pelo Écio de Almeida; o CMDCA, representado pelo Valdir Gurgiel; a CNBB, representada pelo Padre Júlio Lancellotti; o FAS, representado pelo Padre Lédio Martinez; o Desembargador Antonio Carlos Malheiros; o Fórum Municipal da Criança e do Adolescente, representado pelo Sr. Lourival; Ana Luiza Calixto, uma jovem escritora que deveria ter sido a primeira, temos de saudá-la com carinho; o outro adolescente que está conosco é do CPA, São Mateus, Humberto Salmaso da Silva. (Palmas)

O Sr. Rogério Sottili, Secretário de Direitos Humanos, está chegando e daqui a pouco estará conosco.

Como anunciei, não vou conseguir ficar com vocês agora. Há a Rebeca, funcionária. Solicito ao Padre Lédio que assuma a presidência e dê encaminhamento aos trabalhos.

Muito obrigada e daqui a pouco nos vemos.

- Assume a presidência o Sr. Lédio.

O SR. PRESIDENTE (Padre Lédio) – Boa noite a todos. Iniciamos, então, este primeiro ato do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal. Como a prioridade são crianças e adolescentes, eles terão a primeira fala nesta audiência pública.

Vamos ouvi-los.

A SRTA. ANNA LUIZA CALIXTO AMARAL – Boa noite a todos. Obrigada pela presença de cada um e também gostaria de agradecer o convite que me foi feito para falar um pouco esta noite.

Meu nome é Anna Luiza Calisto Amaral, tenho 12 anos, e represento as crianças e adolescente de nosso Estado. Quando refletimos sobre o tema da redução da maioridade penal, chegamos ao seguinte resultado: a maioridade penal ou maioridade criminal é a idade

mínima a partir da qual o sistema judiciário pode processar um cidadão como adulto.

A ideia do tema em questão consiste em reduzi-la para 16 ao invés de 18 anos. Mas eu vejo muito além disso: vejo o Brasil aceitando sua incapacidade de cuidar, preparar e proteger esses jovens, ressocializando-os. A partir disso, gerar uma visão totalmente diferente da que temos da juventude atual. Refiro-me ao olhar de revolução que vem, especialmente, dessa faixa etária.

Ao reduzir a maioria penal, o País estará interrompendo o processo de adolescência em um período crucial, o de formação, que ocorre entre os 16 e 18 anos. O jovem que infringiu a lei, na maioria das vezes, cresceu sem a menor estrutura familiar, que é um dos mecanismos principais para uma formação adequada. Ele reflete o que presenciou e seus traumas influenciam de maneira grandiosa em seus atos.

É válido lembrar que em momento algum o Brasil deixa tais adolescentes impunes. Ele apenas aplica uma punição adequada para cada um. Permitindo-os passar por suas fases sem traumas, em um ambiente saudável de convivência.

Rebaixando a responsabilidade penal para 16 anos, insere-se esse grupo em cadeias de estrutura precária onde mal são suportados os presos já instalados e de onde ele sairá, basicamente, *expert* na área criminal. Destaque-se também que o índice de reincidência nas prisões é de 70%.

Podemos concluir que o Brasil, aplicando a redução, deixa de preparar futuros que poderiam contribuir – e muito – para esta Nação, superlota ainda mais os presídios e, por conta própria, acaba gerando criminosos. Nesse período é que os jovens mais precisam do nosso apoio, amparo e preparo psicológico, para que possam se desenvolver e viver de maneira saudável, cientes do correto e do errado, ajudando-nos a formar um Brasil melhor.

É certíssimo afirmar, como mostram as placas ali, que este ato trataria o efeito e não a causa. Lembremos que educar é muito mais eficiente do que punir. O Brasil está dentro dos padrões internacionais e eu, como adolescente militante, não vejo como a redução da

maioridade penal auxiliaria na formação de nossos jovens, que é no que devemos investir atualmente.

A partir do momento que se reduz a maioridade penal, isenta-se o Estado de qualquer tipo de compromisso com a juventude. Reduzi-la não iria amenizar a violência de maneira alguma e os adolescentes são as principais vítimas e não autores da violência. Isso é confirmado por dados. (Palmas)

Muitas vezes a reação do povo é questionada, mas ela chega a ser compreensível. A população reage de maneira equivocada, fragilizada pelo sofrimento dos familiares das vítimas, mas devemos encarar as condições e analisar as consequências e não utilizar políticas públicas como ferramentas de vingança e punição errônea. O Brasil deve refletir lembrando que os jovens estão em processo de formação onde os exemplos são de gigantesca importância. O País deve, realmente, crescer muito.

Como diria Herbert de Sousa, mais conhecido como Betinho, “o que somos é um presente que a vida nos dá e o que seremos é um presente que daremos à vida”.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Padre Lédio) – Vamos receber na Mesa o Sr. Rogério Sottili, Secretário Municipal dos Direitos Humanos. (Palmas)

Tem a palavra o Humberto.

O SR. HUMBERTO SALMASO – Boa noite a todos. Meu nome é Humberto Salmaso. Sou adolescente da zona Leste e venho trazer a minha opinião.

É mais fácil o Governo achar uma solução barata para esse problema. Seria muito cômodo para o Governo criar sistema carcerário ao invés de hospitais, educação e tudo mais. O Governo acha mais prático reduzir a maioridade penal, pois custa menos construir sistemas carcerários do que instituições de ensino de qualidade. Se isso for concretizado, o índice de violência por adolescente, com certeza, seria diminuído.

Jovens são criados com um descaso imenso, pois não recebem o devido cuidado

ainda quando crianças. Tivessem tido uma assistência de qualidade e uma educação adequada, a profissionalização para embarcar no mercado de trabalho seria atraente a ele, não seria como no dia a dia, ele não acharia mais fácil matar ou roubar para conseguir sobreviver.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lédio) - Tem a palavra o Dr. Antônio Malheiros.

O SR. ANTÔNIO MALHEIROS – Meus companheiros de Mesa, amigos e amigas, sou daqueles professores de Direito que entendem que seus alunos têm que estudar nos livros técnicos, é claro. Mas, acima de tudo, têm que estudar no grande livro da vida, que é um livro que a gente não encontra nas prateleiras das bibliotecas das Universidades e nem está à venda nas livrarias. Encontramos esse grande livro da vida - se quisermos - na poeira das ruas, no chão enlameado das favelas, no esgoto dos cortiços, no pátio da Fundação Casa, no sistema carcerário falido.

Portanto, costumo os levar para conhecerem uma realidade, para andarem entre as pessoas, para sentirem o gosto das lágrimas das pessoas, os meus alunos, aos domingos pela manhã.

Posso dizer a vocês que o crime organizado está presente em muitos locais da periferia de São Paulo e, há, mais ou menos, uns três anos, num lugar empobrecido da zona Norte de São Paulo, estava com meus alunos num domingo de manhã, e ouvíamos falar, o tempo todo, do governante de plantão naquele local que era o Alemão, o qual, ficticiamente, com aquele poder sedutor do líder de facção criminosa, havia passado para toda aquela população a falsa ideia de ter trazido segurança e uma montanha de benefícios.

Depois que terminei de falar para a comunidade, ao meu lado, estava um rapaz muito arrumadinho que quis falar comigo: “Eu trabalho com o Alemão”. Eu falei: como é seu nome? “Meu nome é Tiago”. Quantos anos você tem? “Quinze anos de idade”. Mas você trabalha com o Alemão? “Trabalho com o Alemão desde os sete anos. Comecei a trabalhar com o Alemão empinando papagaio.” Mas isso é trabalho? “É. Dependendo da cor do

papagaio que sobe, pode significar que estão entrando pela direita ou pela esquerda. Aos 12 anos de idade, me tornei um fogueteiro. Dependendo do número de tiros de cada rojão significa que a droga chegou, quem chegou foi a Polícia ou quem está chegando é o pessoal do Morro do lado, nossos inimigos. E, agora, sou um soldado do Alemão” – disse com o peito estufado. Abrindo a jaqueta, me mostrou a coronha de um treizoitão, enfiado na calça.

Ele me disse: “Agora sou um soldado, saio, vendo as drogas, presto contas para o Alemão e, nas horas vagas, sou um gatilho do Alemão. Do que ele precisar de mim, vai ter”. Eu, com olhos de pai, olhando para aquele meu filho, falei: Tiago, você não vai chegar aos 18 anos de idade. Ele, de pronto, sem titubear, me disse com muita firmeza – evidentemente, com outras palavras, mas o sentido foi este – “Eu sei que não vou chegar até os 18 anos de idade, mas enquanto eu estiver vivo, estou vivendo com uma dignidade que você, Estado, Poder Público, sociedade, não me deu”.

Sai dali, naquela época, estávamos também discutindo o tema da redução da maioria penal. Aliás, é uma péssima mania que temos de discutirmos esses assuntos sempre num clima de histeria, quando temos de discutir de forma muito serena.

Naquela época, tinha acontecido alguma coisa e estávamos, portanto, discutindo esse tema.

Sai de lá refletindo muito sobre tudo o que o Tiago havia me falado. Cheguei a algumas conclusões. Antes de falar das conclusões, quero que todos fiquem muito atentos, porque há muita gente querendo brincar de constituinte. Cuidado, gente! Porque se abrirmos uma porta para um trabalho de renovação constitucional da maneira como tenho ouvido, redução da maioria penal será aperitivo, outras coisas muito piores virão. Então, vamos ficar atentos.

Começo dizendo algo que, evidentemente, não pensei naquele momento, mas que tenho refletido muito: maioria penal é cláusula pétrea. Não pode ser objeto de nenhuma PEC. Então, tudo isso que está por aí visa a ganhar voto, porque não se pode mexer com

maioridade penal. É absolutamente inconstitucional porque é cláusula pétrea.

Agora, pensando sobre a fala do Tiago: se ele não tinha medo de morrer, vocês acham que teria medo de ser preso? Com certeza, não. É o primeiro ponto. E arrisco um palpite: acho até que o Tiago gostaria muito de ser preso porque se ele aguentasse com coragem cinco, seis ou sete anos no miserável sistema carcerário que temos, sairia prontinho para substituir o ídolo da vida dele, o Alemão. (Palmas)

Outra coisa: a maioria dos projetos e a própria PEC fala em redução para 16 anos de idade. Quantos anos tinha o Tiago? Quinze anos. Então, vamos reduzir para 14. O Toninho tem 13 e estará armado. Então, vamos reduzir para 12 anos. O Toninho com 11 anos estará armado. Assim, vamos de redução em redução, vamos acabar caindo na maternidade dos pobres e vamos começar a prender os nossos bebês. É a segunda conclusão a que cheguei.

O terceiro ponto: se não temos competência para termos um sistema carcerário de adultos sério, para a recuperação daqueles que estão presos, será que teremos competência para ter um sistema carcerário especial para os nossos adolescentes? Com certeza, não.

Entendo que isso tudo é um absurdo. A solução das infrações graves cometidas pelos nossos adolescentes se resolve com a vinda de políticas públicas sérias. Enquanto essas políticas públicas não vierem, enquanto o Poder Público estiver afastado das pessoas mais pobres, sem uma escola pública de primeira qualidade, sem saúde pública do lado dos pobres, sem frentes de trabalho, sem residência digna, sem lazer e cultura onde se mora, nós não vamos resolver coisa alguma.

Vale à pena tentar? Vale à pena tentar. O que a gente puder fazer, vamos fazer, mas saibam que a luta tem que ser grande, porque, de repente, poderão dar uma rasteira constitucional e fazer passar essa maldição.

Dedico essa minha fala para uma pessoa que sempre lutou muito pelos jovens e pelas crianças, uma grande companheira de muitos anos que hoje faleceu, foi Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, trabalhou comigo em diversas

diretorias nessa Comissão, foi prisioneira política e enfrentou o câncer, que a levou à morte, da mesma maneira corajosa com que enfrentou os tiranos da ditadura militar, é a Josefina Bacariza, a Jose, que, lamentavelmente, hoje nos deixou.

Então, presto uma homenagem especial à minha querida Jose, que vai fazer uma falta doída neste mundo tão difícil que é o mundo da militância nos Direitos Humanos.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lédio) - Convidamos o nobre Vereador Toninho Vespoli para compor esta Mesa, o qual também é membro da Comissão.

Acusamos as seguintes presenças: Centro Profissionalizante, CPA; Fórum DCA São Mateus; Obra Social de Vista Alegre; Sra. Rebeca, do gabinete do Vereador Orlando Silva; Atenção Urbana; Sr. Evandro, da Escola do Parlamento; Casa da Criança Paulo de Tarso; Sr. Humberto, do gabinete do Vereador Alessandro Guedes; Levante Popular da Juventude; Sra. Mércia Dourado, do gabinete do Vereador Floriano Pesaro.

A Vereadora Juliana Cardoso, na abertura desta audiência, nos falou um pouco sobre o histórico dos movimentos sociais que se unem em torno desse contraponto, ou seja, contra a redução da maioridade penal.

Gostaríamos de convidar, em nome de todas essas organizações que formam esse movimento, a Sra. Sueli, para falar neste primeiro ato do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal.

A SRA. SUELI – Boa noite a todos. Primeiro, quero cumprimentar à Mesa. É uma alegria estar aqui com vocês, amigos de luta, de batalha nesta sociedade. Em especial, meus cumprimentos a vocês do atendimento direto à criança e ao adolescente, que estão na ponta. É uma alegria estar aqui, principalmente, por falar em nome do Movimento contra a Redução da Maioridade Penal.

Queremos fortalecer e destacar a importância da história dos movimentos sociais nessa área. No entanto, para mim, este momento é de tremenda importância, pois posso dizer

que estamos contribuindo com a nossa organização, a nossa união e, porque não dizer, com o amadurecimento político.

Vale resgatar – vocês sabem disso – que tivemos momentos fortes no passado. A luta da criança e do adolescente está viva na lembrança, devido à nossa conquista, a do artigo 227 da Constituição Federal. Muitos dos que estão aqui participaram dessa vitória.

Outro momento forte foi a conquista do Estatuto. Acontece que ganhamos essa luta, nos sentimos fortes e seguros, mas voltamos para as nossas casas, nossos casulos, nossos próprios projetos e organizações, nossos convênios, e nos aquietamos, ficamos no nosso mundo.

Por fim, na conjuntura atual, novamente estamos passando por inúmeras PEC's que tramitam no Senado, pretendem mudar o ECA, no que concerne à maioria penal e ao tempo de internação. O aumento do índice de violência e a influência midiática enganosa manipulam a sociedade.

Tudo isso fez com que buscássemos entre entidades, organizações e movimentos, uma identificação, uma causa única, saindo do nosso comodismo e nos deslocássemos, movimentássemos. A palavra movimento faz com que mudemos de uma posição de tempo e de local. Foi o que aconteceu conosco. Reunidos nesta Casa, entidades e associações, movimentos, conselhos, pastorais, partidos, sindicatos, organizações, sensibilizados com a atual realidade, a qual vitimiza e criminaliza os adolescentes, criamos o Movimento contra a Redução da Idade Penal.

Decidimos nos organizar em comissões, criando a comissão de articulação, comunicação, organização, documento e agenda política. Passamos a nos reunir semanalmente.

Da agenda unificada, resultou a organização deste momento que digo que é histórico, ou seja, esta audiência.

Criamos um documento para panfletar, o qual nos apresenta, deixando claro quem

somos e o que somos, que somos contra a redução da maioria penal e contra o aumento da internação. Estamos em preparação de outro documento com característica mais popular e outro com uma reflexão mais aprofundada.

Criamos uma página no facebook, um twitter e um blog.

Temos, ainda como proposta, o mais breve possível, nos reunirmos com os Parlamentares em Brasília.

Por fim, faço o convite a todos os presentes para participarem do Ato Contra a Redução da Maioria Penal que estamos organizando para o dia 06 de agosto, quando ocuparemos as ruas do centro da cidade de São Paulo, vozes de meninos e meninas ecoarão em um único grito: “Temos direito à Vida”.

Venham para o movimento, venham para a rua vocês também. Venham!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lélio) – Anunciamos a presença do Comitê Nacional de Criança Não é de Rua; CMDCA Atibaia; Grupo Tortura Nunca Mais; CEDECA Madalena; As Mães da Sé; Apoio à Associação de Auxílio Mútuo; Ação Comunitária Senhor Santo Cristo; CDHS Sapopemba; Movimento Nacional de População de Rua; Fórum em Defesa da Vida.

Tem a palavra o Sr. Secretário Municipal de Direitos Humanos Rogério Sotilli.

O SR. ROGÉRIO SOTILLI – Obrigado. Boa noite a todos. Quero agradecer à Vereadora Juliana, Padre Lélio, Padre Júlio Lancelotti, já participamos de várias atividades juntos na luta pelos Direitos Humanos, Ana Luisa, Luiz Carlos Malheiros, Sueli, Écio, Solange, Lorival Nonato, Renatinho e tantos amigos que aqui vejo, pessoal do CEDECA, Jorge, tanta gente batalhadora e militante dos Direitos Humanos.

É uma satisfação imensa participar desta audiência tão importante, com iniciativa da Vereadora Juliana Cardoso, parceira de lutas para garantia dos Direitos Humanos na cidade de São Paulo.

Precisamos superar alguns debates truncados e repetitivos que não nos deixam

olhar adiante e, efetivamente, avançarmos na garantia dos Direitos Humanos.

Evidente que não digo que não devemos debater, pois o diálogo franco, o debate aberto é sempre o melhor caminho para todos nós.

O tema da redução da maioria penal ressurgiu com força, geralmente, quando alguma grande tragédia, uma violação grave de Direitos Humanos contra a vida ocorreu, e nós não podemos deixar de argumentar e de debater. Também não podemos deixar de construir a nossa agenda para além dessa questão que, na verdade, não passa – no meu entendimento – de um falso dilema.

Alguns que propõem a redução da maioria penal querem, em primeiro lugar, aproveitar a comoção, a revolta, para tirar algum proveito político dessa situação. O mais grave é que, ao trazer esse debate, estão tentando produzir e jogar para o adolescente a responsabilidade pela incompetência do Estado de não ter cumprido a lei e não ter implementado políticas públicas para as crianças e adolescentes em conflito com a lei.

Precisamos assumir as nossas responsabilidades e cumprir o que assumimos. Nós, do Poder Público, temos que buscar as soluções com garantia de direitos e não responsabilizar os adolescentes por nossas omissões históricas.

Como já tive oportunidade de dizer em outras situações, o sistema de garantias de direitos para crianças e adolescentes precisa ser implementado. Nós podemos evoluir muito,. É verdade. Nós conhecemos o caminho das pedras. Sabemos da nossa obrigação de garantir vida digna às crianças e adolescentes com prioridade absoluta, acesso à saúde, educação, à convivência familiar saudável. É isso que vai fazer com que a juventude possa construir seus próprios caminhos, tenham oportunidades longe do ambiente de violência.

Além das políticas públicas que conhecemos, entendo que também temos leis suficientes para lidar com a questão da violência entre os adolescentes. O desafio na verdade se trata de aplicação adequada da lei.

Dito tudo isso, parece incoerente argumentar porque não devemos reduzir a

maioridade penal, mas é sempre importante trazer à luz os argumentos desse debate, pois a redução da maioridade não nos levará a nada. Não diminuiremos a violência nem criaremos as oportunidades de vida para os adolescentes que cometem atos infracionais, tampouco podemos dizer que a redução da maioridade penal que possibilitará a punição do adolescente. Ele já é punido e, nos termos do ECA, pode até ser internado. Em alguns casos, sua pena é até mais dura do que a de um adulto, se considerarmos os benefícios de progressão do Código Penal.

Também não podemos desconsiderar os aspectos práticos de uma eventual redução da idade penal. As cadeias estão absolutamente saturadas, não cumprem função alguma e, infelizmente, carimbam aquelas pessoas para sua vida futura.

A experiência aproximada do crime e da prisão somada ao estigma do egresso dificultam para sempre a reinserção social. Além disso, nesses estabelecimentos penais, a taxa de reincidência do preso chega a mais de 70%, e nos estabelecimentos para adolescentes, ainda que distante do modelo adequado, gira em torno de 16%.

Quero dizer que se mandarmos os adolescentes para as cadeias estaremos apenas reforçando uma situação de exclusão, retirando dessas pessoas a oportunidade de rever suas escolhas e construir suas vidas por outras estradas. Ou seja, mandar todos para a cadeia é apenas uma medida de higiene social, bastante rasa – no meu entendimento.

Não podemos nos esquecer de que a grande maioria dos atos infracionais cometidos por adolescentes são os furtos sem violência. Não podemos, portanto, generalizar o problema da violência e responsabilizar o adolescente. Isso não nos isenta de buscar soluções, alternativas, garantir direitos, implementar leis e políticas públicas.

É necessário responsabilizar de forma mais veemente o adulto que se aproveita do adolescente para cometer crime. Temos que investir em iniciativas que já mostraram resultados importantes, como o trabalho do NAI, que fortalece o vínculo familiar no momento de cumprimento da pena.

Portanto, meus amigos, a pauta dos Direitos Humanos sempre sofre ameaças com retrocessos que não podem ser admitidos em hipótese alguma. Não podemos nos perder, vamos sempre perseguir o ideal do mundo que queremos para nossas crianças e adolescentes, um mundo de garantia de direitos, em que todos tenham acesso à saúde, à educação, à vida digna, perto da sua família e, não, um mundo que gire em torno da prisão e marginalização.

Todos nós estamos comprometidos com isso e precisamos fazer ecoar esse grito, dizendo não à redução da maioria penal e muito mais: cobrar a responsabilidade do Poder Público para que, de fato, cumpra suas obrigações e responsabilidades, não jogando no colo do adolescente a responsabilidade pela irresponsabilidade e pela omissão do Estado.

Parabéns àqueles que articularam este ato que deve se reproduzir num momento de vigor da democracia, no qual estamos vivendo no Brasil. A democracia precisa ser fortalecida com a participação de todos, da sociedade civil, levantando bandeiras dignas contra a violação de direitos. A redução da maioria penal é mais uma violação de Direitos Humanos se for à frente.

Parabéns pela iniciativa!

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lédio) – Convidamos o Vereador Orlando Silva para compor a Mesa.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa noite a todos.

A questão da redução da maioria penal, para mim, está inserida numa conjuntura de conservadorismo de alguns setores da sociedade. Tivemos alguns avanços, mas alguns setores se articulam para barrar os avanços que tivemos e para colocar suas pautas. Esse conservadorismo está incutido em várias instituições, inclusive, no Executivo, por exemplo, a privatização eu ocorreu nos presídios em Minas Gerais, dando à iniciativa privada o

homem que está em seu poder, falando façam com esse ser humano o que bem entender. Está, também, no Legislativo, basta vermos o Feliciano no Congresso. Ele não está lá à toa, mas sim porque existe uma governabilidade e Deputados ligados ao PMDB, PSDB e PT, deram vagas ao PSC, o qual tem maioria naquela Comissão, sendo, por isso, presidente.
(Palmas)

Quando falamos em dívida pública, o conservadorismo está dentro do governo ao ponto de não conseguirmos desenvolver as políticas públicas necessárias à população, mas tem 47% do orçamento para pagar para meia-dúzia de banqueiros.

Se não acabarmos com o conservadorismo, não daremos um salto de qualidade e não avançaremos nas políticas públicas.

O conservadorismo também está em outros poderes, por exemplo, da mídia, a qual vem fazendo um papel terrorista, porque o que fizeram até o dia 13 durante os atos que tivemos em São Paulo, principalmente, criminalizando o movimento. Temos um Governador conservador, e a mídia estava pedindo o tempo todo para ele tomar atitude. Quando o governador toma atitude, a mídia passa para o outro lado, dizendo que não tem nada a ver com isso, que o Governador que extrapolou. Além disso, a mídia pega alguns casos de violência que alguma criança ou adolescente tenha cometido e coloca isso como algo espantoso, fazendo a cabeça do povo contra os adolescentes.

Os dados da Secretaria de Direitos Humanos mostram que, de 2003 a 2011, em todos os quesitos de homicídio e estupro etc. envolvendo criança e adolescente diminuíram sensivelmente. Assim, o debate não é para valer, mas, sim, para comoção nacional, porque há interesses da direita que quer colocar seus valores para toda a sociedade.

Se pagarmos os dados do Disque 100 de 2012, 150 mil crianças e adolescentes sofreram alguns maus-tratos. Dessas, só 3% foram cometidos pelos próprios adolescentes, sendo 97% cometidos por adultos.

Esse é o debate que temos que fazer na sociedade.

Quero parabenizar os participantes deste evento, os progressistas têm que se unir, isso não pode ser bandeira partidária, tem que ser uma luta da sociedade que quer outro modelo, com valores, para se contrapor a esse conservadorismo que está aí. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Anunciamos a presença do Conorte, mudando a história da zona Norte; a Sra. Roberta Rosa, representando o Vereador Ricardo Young; Maguinho, Assessor do Vereador Marco Aurélio; Luiz Eduardo, Defensor do Direito na PUC/SP; Ação Social Padre Pascoal Bianco; Instituto Paulista de Juventude; Belo de Almeida, Assessor do Vereador Paulo Fiorilo; Vigília Setorial de Saúde; Wilson, do DRE de Itaquera; Entidade Bom Parto; Márcia de Oliveira, da Supervisão da Saúde de São Mateus; Pastoral do Povo de rua; Robson, do Conselho Regional de Psicologia.

O SR. PRESIDENTE (Lédio) – Convidamos para compor a Mesa o Sr. Eusébio George, do Conselho Nacional de Juventude.

Tem a palavra o Vereador Orlando Silva.

O SR. ORLANDO SILVA – Boa noite a todos. Serei breve e peço desculpas por não poder ficar até o final do ato, porque está havendo uma votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias e alguns outros projetos, mas não podia deixar de passar aqui, primeiro para recarregar as baterias, porque um ato como este de combate à redução da maioria penal, é um ato democrático, em defesa da justiça, da liberdade, do futuro do Brasil.

Digo isso porque, no auge da polêmica, quando voltou à tona o tema da redução da maioria penal, fiquei muito chocado no Plenário desta Casa, quando recebemos a visita de 40 professores, que estavam assistindo à sessão. O Toninho falou, eu falei e outros companheiros nossos Vereadores do campo da esquerda falaram contra a redução da maioria penal, e os cidadãos que acompanhavam aquela polêmica no Plenário se mantiveram em silêncio. Um Colega Vereador, Militar reformado, um dos Coronéis que compõem hoje a nossa Casa, fez uma fala muito dura, defendendo a redução da maioria penal, dizendo que criminoso, bandido, tem que ir para a cadeia mesmo, quem defende

Direitos Humanos não tem responsabilidade com a dor das famílias e, para minha surpresa, ele foi ovacionado pelo plenário. É o Coronel Telhada. Esta foi a minha surpresa: não é o discurso dele que me surpreendeu, mas, sim, o apoio de Educadores.

Faço esse registro como um alerta, porque é um tema que não podemos ficar na defensiva. Ao contrário, temos que ir para a defensiva no debate político. Por isso, atos como este são importantes, para reunirmos mais argumentos, reunir quem tem militância na área social, sobretudo, quem tem tradição democrática, a fim de que possamos aprofundar discussões em torno do crime que seria contra a sociedade a redução da maioridade penal.

Quem conhece, estudou ou viu o que é o sistema prisional brasileiro sabe que quem está preso, majoritariamente, são os jovens, pobres e negros, esses que a legislação penal alcança. É contra a juventude pobre e negra que se volta a defesa de redução da maioridade penal, quando deveríamos fazer a defesa de ofertar mais direitos, cidadania e oportunidades. Esse é o tema que temos que discutir com a sociedade, em defesa dos Direitos Humanos, da justiça, da liberdade, do direito de sonhar. É um combate permanente, pois o que há, no Brasil, infelizmente, é uma manipulação grosseira da dor de famílias.

Reparem: esse tema só volta quando ocorrem tragédias que ferem a alma da sociedade e, por semanas, parece que aquilo é cotidiano, rotineiro, e os jovens em conflito com a lei são responsáveis pela violência na nossa sociedade, sendo que nós sabemos, inclusive, que grande parte da violência é de responsabilidade dos agentes oficiais, da Polícia, inclusive. (Palmas) Essa é a realidade que nós conhecemos, sobretudo, da periferia de São Paulo.

Quero me somar nesta cruzada, nesta campanha. Faço parte da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte. Contem, seguramente, comigo, mas com muitos outros companheiros, que são aliados nesta luta em defesa da juventude brasileira.

Parabéns.

Muito obrigado. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Anunciamos a presença da Assessoria do Vereador Jair Tatto; Conselheiros e ex-Conselheiros Tutelares presentes; Eliane Dias, Assessora da Deputada Leci Brandão; Viviane; Sueli, do DRE de São Mateus; Lígia Samali, Assistente Social do Centro Social Santa Creuza; Ação Comunitária Paroquial do Jardim Colonial; Central de Movimentos Populares; Fernando Oliveira, do Movimento de Lutas de Bairros, Vilas e Favelas; Padre Mariano; CREAS Sé.

O SR. ÉCIO – Sou Conselheiro Tutelar de Itaquera. Hoje integro a Coordenação da Comissão Permanente de Conselhos Tutelares da Cidade de São Paulo.

Quero parabenizar, especialmente, os dois adolescentes que estão aqui o Humberto e a Ana Luisa, pela contribuição valiosa que nos deram, um exemplo de cidadania.

Quero dizer que nós, enquanto Conselheiros Tutelares, não podemos permitir que o Estado, o maior violador de direitos de criança e adolescente, que promove uma política falha – o que vemos no dia a dia dentro dos Conselhos Tutelares – pois falta educação, segurança, cultura, esporte e lazer.

Esse Estado que fere esses direitos ainda quer vir com a redução da maioridade penal. Para quê? Quem sairá favorecido?

Em nome dos Conselhos Tutelares, não podemos permitir mais essa violação contra os direitos das crianças e dos adolescentes. Estamos lutando e levantamos essa bandeira. Não permitamos que o Poder Público em geral viole mais uma vez o direito da criança e do adolescente.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. JULIO LANCELOTTI – Na realidade, represento o Cardeal Arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, que pediu para lembrar o pronunciamento da Conferência Nacional dos Bispos contra a redução da maioridade penal, já pela segunda vez, e o próprio pronunciamento dele que se encontra no site da Arquidiocese de São Paulo.

Agora falando como Centro de Defesa dos Direitos Humanos Padre Ezequiel

Ramin, do qual faço parte e acompanho oitivas informais do Fórum da Piratininga, eu diria: primeiro, não temos que mexer, reduzindo a maioria penal, mas ampliar a responsabilidade social e estatal para com as crianças e adolescentes.

Quero aproveitar a presença dos Srs. Secretário Sotilli e Desembargador Malheiros, do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, do Fórum da Assistência Social para dizer que a causa de estarmos apanhando nessa questão é o sucateamento das medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de São Paulo. (Palmas) A liberdade assistida está sucateada, a prestação de serviço à comunidade está sucateada, a semiliberdade está sucateada e a privação de liberdade é uma prisão. (Palmas)

Quero dizer que, em São Paulo, não chegou o devido processo legal, Desembargador Malheiros. A Rua Piratininga com o Fórum das Varas Especiais é um tribunal de exceção, onde os jovens são eschachados, os jovens, que para lá são levados porque cometeram atos infracionais em conflito com a lei, são tratados com violência, perversidade, maldade e delinquência do Estado. (Palmas)

Enquanto isso persistir, nada mudará. E vamos continuar apanhando de dez a zero. Admiro muito, porque outro dia, falando com uma autoridade do Poder Judiciário, ele sequer sabia onde é o Fórum das Varas Especiais da Rua Piratininga.

Digo a vocês: visitem e vejam o que é um campo de concentração, a perversidade da Justiça, a maldade do Ministério Público e a indiferença da Defensoria Pública. (Palmas)

É por isso que a opinião pública é a favor do rebaixamento: porque não há nenhum cuidado.

O Fórum das Varas Especiais precisa ser mudado.

Queria terminar dizendo: admiro muito que hoje esta Casa apoiou e aprovou a CPI dos Transportes, porque há poucos dias era contra. Foi aprovado por unanimidade. Então, vemos que a pressão do povo funciona e faz mudar o Congresso, a Câmara e todo mundo.

Pergunto: esses que aprovaram a CPI dos Transportes aprovariam uma CPI do

Narconegócio? Apoiariam uma CPI do Narcotráfico? Colocariam a cara a tapa? Porque estamos apanhando, e a redução da maioria penal está muito ligada ao narconegócio, ao narcotráfico, que está arrebatado dos jovens a sua vida e a sua possibilidade de vida.

Precisamos ampliar a discussão, fazer campanhas e atos, mas precisamos ter vergonha na cara, e as medidas socioeducativas em meio aberto têm de ser mudadas.

Faço um apelo ao Sr. Secretário Rogério Sotilli: que haja, de imediato, mudanças nessas medidas socioeducativas em São Paulo, porque a continuar assim, já estamos rebaixando a maioria penal, punindo os jovens por negligência e omissão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lédio) – Na qualidade de Coordenador do Fórum da Assistência Social, peço que seja incluída na pauta das construções da política pública a Assistência Social que está sendo esquecida neste debate.

O artigo 203 da Constituição Federal colocou a Assistência Social como dever do Estado e direito de quem dela necessitar.

Nós já nos apropriamos ainda que com toda escassez da Saúde, da Educação e da Moradia, mas ainda a Assistência Social não foi apropriada, tanto que nas fala muito pouco apareceu. No entanto, como política pública, ocupa lugar central neste debate, porque é a partir dela que os serviços voltados para adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto são realizadas.

Sem fortalecermos a Assistência Social e sem aumentarmos o orçamento destinado à Assistência Social tudo isso vai cair no vazio, não terá cumprimento e não chegará aonde a sociedade deseja. Isto é, ou fortalecemos a proteção social básica nesta Cidade ou iremos construir presídios e outros espaços. É necessário que a Assistência Social ocupe um lugar na centralidade da política pública na Cidade, no Estado e no País. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Acusamos a presença de várias organizações e entidades, entre elas, a Ação Comunitária Santo Cristo; Abrigo Guaranis; Fórum da Criança e do Adolescente da Cidade Tiradentes; Associação Latino-Americana de Micros, Pequenas e

Médias Empresas, representada pelo Sr. Sérgio Mileto; O Negro, representado por Rosa Anacleto; Pastoral da Juventude; UNAS; Angêla, do Serviço Federal de Processamento de Dados; Instituto Daniel Comboni; Éder, da Ação dos Cristãos para Abolição; Fórum da Criança e do Adolescente de Sapopemba; Tecendo Rede.

Também anunciamos a presença do Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa Deputado Adriano Diogo.

O SR. JAIR GURGEL – Primeiro, quero parabenizar a Mesa. A partir da escuta da Ana Luisa e do Humberto, pelo que falam e sentem é que devemos lutar.

O movimento e a articulação do sistema de garantias dos direitos da criança e do adolescente. Não podemos ficar alheios no movimento, mas, sim, devemos convocar todos os atores do sistema de garantias para uma defesa da criança e do adolescente, formando um grupo empoderado, juntamente do Poder Público, poderemos avançar nessa defesa da criança e do adolescente.

Em segundo lugar, quero mencionar que devemos pensar a nível municipal, estadual e nacional, pois quando conseguimos trabalhar questões locais no Município, com toda a política setorial, com todas as Secretarias, movimentos, organizações etc., iremos em direção ao nível estadual, para fortalecê-lo, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e, a nível nacional, junto ao Conanda e Conselho Nacional da Juventude.

Assim, conseguiremos uma força política macro, a fim de que tenham uma efetividade maior sobre essa causa.

Acaba de chegar um abaixo-assinado pelo Conanda: “Em defesa do Estatuto da Criança e do Adolescente. Não à redução da maioria penal. Nós, abaixo-assinados, destacando-se a importância de ser assegurada para as crianças e adolescentes políticas públicas que efetivem o cumprimento dos princípios e garantias estabelecidos na norma constitucional, somos contrários à PEC 33/2012, que propõe a redução da maioria penal e aos projetos de lei que retrocedem nos direitos garantidos pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente”.

Esse documento circulará no meio de vocês, para que possam assinar e que, a nível nacional, possamos mudar mentes e corações em prol das crianças e adolescentes.

Finalizando com uma frase memorável do nosso Ayrton Senna: “Se quisermos mudar o mundo, é pelas crianças que devemos começar”.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Lédio) – Convidamos para compor a Mesa o Deputado Adriano Diogo, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa.

O SR. LORIVAL NONATO – Lorival Nonato, do Fórum Municipal da Criança e do Adolescente. No Fórum, nos reunimos todos os primeiros sábados do mês, aqui na Câmara Municipal, das 9h30 às 12h30 e fazemos a discussão a partir do papel do Fórum de representar a sociedade civil.

É dessa forma que cumprimentamos nas pessoas da Ana Luisa e do Humberto, os adolescentes presentes na Mesa, e agradecemos o convite para participar dessa organização.

Entendemos que, no princípio dessa luta em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, trabalhamos com a organização dos Conselhos Tutelares, inicialmente, os Conselhos dos Direitos. Trabalhávamos acreditando que o ordenamento institucional se daria a partir do Estado de Direito, colocado desde 05 de outubro de 1988, mas foi nos surpreendendo a dificuldade que o conjunto dos poderes assumiam para fazer o ordenamento ou o reordenamento institucionais.

Até hoje convivemos com absurdos como a Fundação Casa ou a FEBEM – para nós não tem diferença porque desrespeitam o Estatuto da Criança e do Adolescente, as questões prisionais dos adolescentes, que deveriam receber medida socioeducativa adequada para um convívio em sociedade.

O que notamos até hoje é que esse desafio não foi vencido pelas autoridades. Nós que participamos, inclusive, no Conselho Municipal – estive durante duas gestões -, quando

organizamos programas como Proasp, negamos inscrição aos registros da Febem e, no entanto, o próprio Ministério Público não avançou fazendo o devido reordenamento, adequando, não só ao Estatuto, mas à própria Constituição, à Convenção Internacional dos Direitos, todos os tratados e acordos que foram incorporados com a Emenda 45/2004, com mais de 140 mudanças na própria Constituição, e vemos, ainda, quem queria e proclame, quem tente reduzir a maioria penal, acusado de autoria de ato infracional, que vai para dentro desses espaços, porque quando a gente procurou garantir que houvesse a readequação, convidamos Vigilância Sanitária, Contru, Corpo de Bombeiros, para mostrar a inadequação daquele espaço.

Apesar de todo o cuidado que tivemos, os convites que fizemos àqueles que tinham competência para fechar a Febem, adequando, como a exigência do ECA determina, não aconteceu.

Estamos aqui num momento crucial porque a sociedade, a partir do dia 10 deste mês, cobrou do conjunto da sociedade que todos se coloquem com o compromisso e também com as prerrogativas que têm. Então, a Presidenta Dilma está se posicionando; o Governador Alckmin, o Prefeito também. Mas, aproveitando este rico momento, tínhamos, enquanto CMDCA, que garantir que todos se comprometessem em cumprir o seu papel que está no sistema de garantias de direitos, criando as medidas protetivas adequadas, o programa adequado, como cabe ao CMDCA, assim como o Poder Judiciário tem que assumir uma proposta também.

Se estamos propondo uma manifestação para o dia 06 de agosto, também temos que assumir quais papéis vamos dar cumprimento nos próximos dias. As atribuições do Conselho Municipal, principalmente, a de assessorar o Poder Público é fundamental. Assim, temos que ser exemplares no processo democrático e com as responsabilidades que temos para com esta Cidade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. ADRIANO DIOGO – Boa noite a todos e todas. Estava votando as últimas resoluções deste semestre, a Lei de Diretrizes, por isso cheguei mais tarde aqui.

Quero dizer o seguinte nesta plenária tão importante e bem articulada: acho que esta plenária deveria ter um caráter mais prático de encaminhamento, devido ao número enorme de grupos organizados de entidades, tendo em vista o desafio democrático que temos pela frente.

Acho que as últimas manifestações de rua ocorridas em todo o Brasil foram importantíssimas. Imaginei que devido ao caráter, à força e à pujança das manifestações, que o pacote conservador da direita política organizada fosse ser questionado. Imaginava, como se fosse um sonho, que no bojo das manifestações, aparecessem bandeiras do movimento popular como rejeição à diminuição da maioria penal, contra a internação compulsória, que as bandeiras progressistas iam estar à frente. Infelizmente, vimos outras bandeiras progressistas.

Mas a direita conservadora e organizada mantém a sua pauta, a sua agenda, e o carro chefe, pelo menos, a manifestação de sábado na Avenida Paulista era pela redução da maioria penal.

Se nós não entendermos, neste momento delicado e grave da democracia brasileira, que embora o povo esteja na rua, se não tivermos claro que existem vários projetos em disputa, mas esse projeto da direita, que é um projeto lapidar, um projeto básico da plataforma da direita, se nós não conseguirmos derrotar essa proposta estaremos encurralados ou emparedados – para usar um termo do momento.

Os movimentos têm sua organização, sua força e até espontaneidade, mas têm agenda, e a direita tem muito claro – diante de uma crise enorme de governabilidade, de segurança, de desespero – que tirou do fundo da cartola o rebaixamento da maioria penal como solução para todos os problemas de segurança e os correlatos.

O problema da violência está na juventude pobre, nos negros e nos menores. Eles

têm que ser encarcerados e quando não fuzilados pelos grupos de extermínio.

Essa é a bandeira básica. É a pena de morte por debaixo das mesas.

Como diria o poeta: “Venta nas ruas, venta nas ruas”. Se nós não transformarmos essas articulações de gabinetes, de salões, palacianas, numa bandeira popular, que nós não queremos o encarceramento em massa nem o genocídio da nossa juventude, que durante a escravidão, foi votada a Lei do Ventre Livre junto com a Lei dos Sexagenários.

Nós não queremos voltar à Lei do Ventre Livre. Não queremos voltar ao tempo em que a mãe grávida de origem negra já tinha o filho condenado no cativo. Não queremos regredir a esse estágio de involução histórica. Queremos avançar.

Não nos iludamos que há uma pauta conservadora, há uma agenda conservadora para tentar fazer com que recuemos de nossas propostas. Não nos iludamos. Se nós nos iludirmos, nos dobrarmos e nos acovardarmos, eles nos golpearão de novo, como fizeram em 1964, um golpe contra o povo, que está durando 50 anos e, agora, eles voltam com a mesma agenda, os mesmos agentes: os militares, os policiais militares, os paramilitares, as organizações armadas, os nazifascistas, os *skinheads* e os carecas. Eles têm claro isso. Eles não estão brincando em serviço.

Defendamo-nos, mas façamos uma ofensiva: unifiquemos o nosso povo, saíamos às ruas e levantemos as nossas bandeiras. Eles não vão queimar as nossas bandeiras.

Viva a libertação do povo brasileiro!

Chega de pena de morte!

Chega de grupos de extermínio!

Contra o rebaixamento da maioria penal!

Muito obrigado. (Palmas)

(NÃO IDENTIFICADO) – Estive com uma mãe de um adolescente em conflito com a lei durante essa semana. Ela, entre lágrimas, me dizia que, quando bate em um filho, é punida, pois há lei para tudo. Mas e quando o Estado espanca meu filho dentro da Fundação

Casa, quem é punido? Quem pune o Estado?

Vamos ouvir o representante do Conselho Nacional da Juventude, o Euzébio Jorge.

O SR. EUZÉBIO JORGE – Boa noite a todos.

O Conselho Nacional de Juventude é composto por 40 organizações da sociedade civil mais 20 representantes, conselheiros do governo federal.

Esse Conselho aprovou há muito tempo, por unanimidade, contrariamente à redução da maioria penal.

Quero saudar o Movimento 18 Razões que tem tornado essa bandeira contra a redução da maioria penal palatável para a sociedade, tem trazido de uma forma simples, inclusive, com essas frases que estão aqui atrás, como a sociedade, ao invés de só ouvir o sensacionalismo da grande mídia, entender melhor o que significa a redução da maioria penal.

Vi que alguns técnicos já trouxeram dados que são mais atualizados que os meus. Fiquei pensando como poderíamos entender e explicar, sobretudo, para a juventude brasileira que é quem tem mais a perder, a juventude que tende a ser trancafiada por essa lei conservadora. Lembro-me de três posts que li no *facebook*: “Se é tão importante usar cinto de segurança, por que no transporte público posso ir de pé?”; a segunda tem um repórter da *Folha de São Paulo* com um tiro na testa com bala de borracha e outra segurando a foto de um filho morto porque, infelizmente, na periferia de São Paulo, as balas não são de borracha. Essa mãe teve o filho assassinado porque a Polícia o confundiu com bandidos; o terceiro exemplo é emblemático: por que para a juventude das classes abastadas do nosso País se constrói universidade e para a juventude pobre brasileira se constrói cadeia e Febem.

Fiz parte de um movimento na zona Leste contra o Cadeião. Eles iriam construir um Cadeião, e, hoje, é uma FATEC, porque existiu um movimento muito grande pela universidade pública na zona Leste.

Não vou falar muito, mas para entendermos um pouco: um jovem que esteja

cumprindo medida socioeducativa, no geral, abandona a escola entre 13 e 14 anos. Sessenta e oito por cento desses jovens param de estudar na sexta série; apenas 38% desses jovens são criados pelos pais; no Brasil, 74% dos jovens que cumprem medidas socioeducativas são usuários de drogas. Será que esse problema é do jovem ou da sociedade? Será que esse jovem já nasce com o DNA para ser criminoso ou temos um problema que a sociedade dá pouca oportunidade e, por isso, ela escolhe prender jovens, pobres e negros.

Essa bandeira que parece ser uma comoção nacional pretende prender, trancafiar e calar a juventude brasileira.

Temos visto grandes manifestações e mobilizações no Brasil, e, em alguns casos, jovens que nem utilizam transporte público. Imaginem quando dermos educação para o jovem de Itaquera – de onde venho -, da Cidade Tiradentes, do Campo Limpo, das periferias que todos os dias têm muito pelo que protestar e esses jovens descobrem que têm uma forma de transformar esse País radicalmente, se ele não estiver na cadeia, se não estiver preso, vai conseguir transformar esse País da forma de que precisamos e, por isso, a bandeira da redução da maioria penal é uma bandeira por um outro Brasil também.

Obrigado. (Palmas)

- Assume a presidência a Sra. Juliana Cardoso.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Está presente e quero convidá-lo para fazer parte da Mesa os Vereadores Paulo Fiorilo e Alfredinho, o Líder da Bancada do PT.
(Palmas)

O SR. PAULO FIORILO – Boa noite a todos e a todas. Saúdo à Mesa, infelizmente, a Juliana, o Alfredinho e eu estávamos num debate sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias, mas não poderia deixar de passar, primeiro, para dizer que o debate é fundamental e nós precisamos reproduzi-lo em todos os locais desta Cidade. Até porque, infelizmente, a gente percebe a dificuldade que é discutir esse tema da redução da maioria penal até com os nossos, até com quem está ao nosso lado. E o que estou falando aqui acho que cada um sente

no dia a dia. Eu tive oportunidade de participar no Sapopemba, o Padre Júlio estava presente, de um debate promovido lá, que acho que foi muito importante, agora, precisamos começar a reproduzir esse debate, precisamos construir uma rede que vai envolvendo as entidades, que vai envolvendo as pessoas que entendam a importância de dizer não à redução da maioria penal. Não é isso que vai resolver das nossas crianças e adolescentes, ao contrário, criminalizar só piora a situação.

Queria deixar essa sugestão, e aqui a Vereadora Juliana e o Vereador Alfredinho, que fazem parte da Comissão, tem uma preocupação permanente com relação a isso. Agora, nós precisamos demonstrar com atos concretos, precisamos ganhar mentes e coração, caso contrário, a mídia vai nos encurralar e vamos perder esse debate. Aliás, é um pouco do que se fazia ou que se fez em algumas das manifestações públicas, começar a aparecer cartazes com esse tipo de proposta, que levou o movimento do passe livre a suspender as manifestações para que não houvesse a instrumentalização por parte da direita. Nós vamos combater isso e esse combate se dá com o debate de ideias.

Queria deixar aqui meu apoio, minha solidariedade. Vou pedir licença porque preciso sair, além de vereador ainda exerço uma função difícil, de pai e minha mulher está sozinho com meu filho de sete meses e ela me falou que ele está chorando porque me viu na televisão, então é melhor eu voltar para casa antes que ele continue chorando, porque senão eu também não poderia fazer esse debate com vocês aqui.

Obrigado, um abraço, um bom debate e boa sorte.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Vereador Paulo Fiorilo. Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

O SR. ALFREDINHO – Eu queria parabenizar a todos vocês, os lutadores que sempre na hora que precisa entrar na luta exerce com muita dedicação e muita coragem. Quero dizer que realmente é um debate que não é fácil, até porque as pessoas que têm menos informação são pautadas pela mídia e pela emoção. Cada vez que acontece algo que um

menor esteja envolvido, a primeira coisa que eles falam, por falta de informação é fazer a defesa de que realmente tem que baixar a maioria penal. Se isso acontecer, quem mais defende isso são as pessoas reacionárias deste país, é claro que quem vai ser punida é a família das pessoas mais humildes. Essas que vão ser punidas, não temos dúvida disso, como sempre.

Portanto, é um debate interessante, debate, como disse aqui o Vereador Paulo Fiorilo, difícil de ser feito, mas temos que ter a coragem de fazê-lo e enfrentar, principalmente, não deixar que isso aconteça.

Aqui na Câmara nós já tivemos alguns embates que aqui dentro tem vários Vereadores que são defensores disso, até por suas convicções, porque temos aqui agora um grande número de militares, por suas próprias convicções eles defendem e acham que isso vai ser a solução para tudo e não é. Solução é política social, menor estudando, essa que é a solução para este país corrigir as grandes injustiças.

Eu também estou com problema, porque estamos aqui deste as 7h da manhã, hoje foi dura a jornada, amanhã cedo tenho que fazer uns exames e preciso fazê-los porque já é a terceira vez que adio. Mas não poderia deixar de vir aqui para cumprimentar todos vocês.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigado, Vereador Alfredinho.

Pessoal, vamos passar para o plenário, mas antes preciso fazer alguns anúncios. Está presente a Cetesp, Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Estado de São Paulo, Fórum da Defesa da Criança e Adolescente da Vila Maria e Vila Guilherme, Fórum de Defesa da Criança e Adolescente do Grajaú, Frente de Luta por Moradia, e eu vi o Manoel Del Rio também presente, Instituto Paz e Vida de Perus, Grupo Marista, Instituto Rogacionista, a Câmara Municipal de Osasco e Antonio, da Casa Rosada. Presente também o Vereador Alessandro Guedes, mas vou pedir para a gente já ir para a plenária e vamos voltando para ouvir o Vereador.

Tem a palavra o Sr. Érique dos Santos, adolescente. Laerte, aguarde um minuto, porque você está inscrito, para a gente não prejudicar o plenário.

O SR. ÉRIQUE DOS SANTOS – Boa noite. Tenho 17 anos, moro na Cidade Tiradentes, zona Leste de São Paulo, e sou um *adicto*. O que é um *adicto*? Essa palavra vem do grego *adctis*, que significa escravo de. Desde criança venho sendo escravo de conceitos e valores que são impostos por uma sociedade sem educação e sem formação, uma sociedade alienada. Eu também estudei um pouco para entender como as pessoas chegaram a essa conclusão de redução de maioria penal. Entendi que existem dois tipos de perda de controle, falando psicologicamente, no ser humano. Perda de controle tanto interna como externa.

A perda de controle interna ocorre quando a pessoa não tem habilidade de lidar com suas emoções e seus conflitos de pensamento. Isso causa uma perda de controle interna, que reflete no seu comportamento, ou seja, uma perda de controle externa, da mesma forma que o comportamento é a consequência de uma emoção, acredito que a criminalidade é a consequência da falta de educação e da falta de informação e hoje continuo sendo um *adicto*, mas não um escravo de conceitos e valores que me alienam a uma sociedade que não tem educação e informação. Eu sou escravo de um sonho de ver esse país mudar e vai começar pelas crianças e adolescentes. E eu digo não à redução da maioria penal por isso. Boa noite a todos. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Rafael Teixeira Aguiar.

O SR. RAFAEL TEIXEIRA AGUIAR – Boa noite. Deu vontade de um vir com meus tênis e meus sapatos todos sujos de barro, mas não vim e me arrependi, mesmo porque faço um trabalho junto às favelas. Eu compro tabuadas e ensino postura para as crianças e inclusive tem uma parte na Bíblia que diz o seguinte: “Educar as crianças hoje para não precisar ser punido amanhã”. Muito bem, faço um trabalho junto aos cães de rua também, os

cães abandonados, porque o ser humano é um verdadeiro lixo, um verdadeiro trapo, por isso me identifico mais com as crianças e com os cães. Inclusive Ruy Barbosa falou o seguinte: “Quanto mais eu conheço o ser humano, mais eu amo os animais” e eu gostaria que vocês lessem uma parte da Bíblia, os provérbios, capítulo XII, versículo 10, “O justo tem consideração pela vida dos seus animais, mas as afeições dos ímpios são cruéis”. Muito bem, então o que falo para vocês é o seguinte, teve uma garotinha ali, eu fique tão feliz, eu gostaria que você pudesse comprar aqui, porque fala o seguinte aqui: “Mulheres lideram melhor que nós, homens”, mesmo porque nós, homens, agimos com o instinto, a mulher com a intuição.

Muito bem, eu gostaria que você anotasse tudo direitinho para você comprar desse livro e ler. Eu não posso dá-lo porque já tenho que emprestá-lo para outras pessoas. Arranje uma caneta e anota direitinho. Como tu és escritora, eu gostaria que amanhã ou depois você pudesse dizer assim, nas favelas ou embaixo dos viadutos, porque lá o pessoal traz melhores inspirações, não procurar na alta sociedade, mas sim dentro das favelas e debaixo dos viadutos e procurar inspiração entre os cães. Eu fiquei muitíssimo feliz com a tua fala, tu já anotaste? Anote aí, então.

Pessoal, digo o seguinte, eu como sou um cara culto, que gostaria que vocês passassem a ler mais, muito mais. O Trotski, a Olga Benário. Eu não sei se vocês já tiveram a oportunidade de ler a respeito da Olga Benário que quem entregou para os alemães foi o Getúlio Vargas. Eu gostaria também que vocês lessem a Privatária Tucana, e nós devemos ter o máximo de cuidado com o idioma português, porque mesmo pessoas formadas se expressam muito mal em português, inclusive ia acabando de cometer um erro agora, muito mau, que não é mau, é mal. As pessoas tem mania de dizer útil, falam utiu. Eu gostaria, então, que nós tivéssemos, para ensinar às nossas crianças e darmos bons exemplos, a começar pelo bom idioma português.

Muito obrigado, Sr. Rafael.

A SRA. ANA LUÍZA – Sr. Rafael, sou escritora e esse é meu primeiro livro e eu

gostaria se posso presenteá-lo, para o senhor levar para a sua instituição. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Parabéns, que bonito gesto.

Quero anunciar o Manoel dos Santos, do MDF.

Pessoal, na fala da Neia a gente encerra as inscrições. Tem a palavra a Neia, da Comissão Permanente dos Conselhos Tutelares.

A SRA. NEIA – Boa noite. Eu queria parabenizar esta Comissão, o movimento para a essa questão da redução da maioridade penal. Uma ostra que não foi ferida, não pode produzir pérolas. O que quero dizer com isso? O que acontece? O nosso sistema hoje e todo poder público e toda sociedade, quer tratar as nossas crianças como ostra, fere, fere e fere, deixa de cumprir o seu papel, deixar de dar a política pública eficiente para essa criança, para esse adolescente e depois quer achar que vai lá na frente encontrar jovens, adolescentes que já estão pensando no seu futuro, que estão querendo uma universidade, que estão querendo fazer as coisas. Então temos que deixar dessa sociedade hipócrita, porque é ela, com bem diz o Padre Júlio Lanceloti, que fomenta isso. Nós estamos hoje... Quando eu digo isso é porque vocês percebem que quando tem uma criança no farol vendendo bala, pedindo num farol, aí como é bonitinho aquela criança pedindo no farol, então vou lá, ajudo e dou. Aquela criança deixou de ir à escola, está sustentando sua família, só que ela vai crescer ali. É ali que ela vai crescer. Quando ela não for mais criança, for adolescente, e um adolescente negro, descalço, sujo, pedindo na rua ou engraxando sapato, ninguém mais vai deixar fazer isso. Ele acaba sendo então criminalizado e para onde ele vai? Vai para as comunidades, e é onde ele vive. E tem a questão do narcotráfico, viu Padre Júlio Lancelotti? Foi isso que o senhor falou.

Segunda-feira, vamos ter nesta Casa um tema totalmente importante que tem tudo a ver com a redução da maioridade penal. É a questão do enfrentamento às drogas, enfrentamento de um sistema, do narcotráfico que tem facilidade de levar a droga aos nossos jovens. E eles acabam indo para a Fundação Casa, que é um cárcere porque eu vivi, vi atendimentos na Fundação Casa. É a coisa mais horrível de se ver.

Temos então que pensar o seguinte: vamos então tratar os nossos jovens como ostras? Vamos feri-los até que ponto? Temos é que perguntar: o que vamos colher no futuro?

Obrigada.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Néia.

Temos dez pessoas inscritas. Vou ter de ser rigorosa com o tempo, se não, não dá para todos falarem.

Antes de passar a palavra, quero reforçar três assuntos. O primeiro é que no movimento foram criadas algumas comissões que se reúnem semanalmente para fazerem ações importantes. Pedimos então que as pessoas nos ajudem a reforçar, a organizar as comissões. E nós temos as comissões de articulação; de comunicação; de organização, documentos e agenda política, todas as segundas-feiras, às 14h, na Câmara Municipal de São Paulo. Normalmente, as reuniões são no Plenarinho, porém, com o recesso, vamos tentar garantir que continuem sendo no Plenarinho. Pedimos então que as pessoas nos ajudem, que contribuam, é muito importante porque é o que vai fazer o nosso movimento crescer.

Outra informação importante é que no dia 6 de agosto próximo – e a data foi escolhida pela Comissão – nós faremos um grande ato. Vamos sair às ruas, fazer cartazes. A nossa organização está muito presente nas áreas da Assistência Social, da Educação. Se conseguirmos colocar a turma com a qual temos relação, as pessoas que nós conhecemos, se nós as levarmos às ruas no sentido de ajudar a organização, eu acho que vale a pena nos organizarmos para o dia 6 de agosto. O horário ainda não está definido. Porém, todos se inscreveram, há um banco de dados do movimento, essas informações vão para os contatos via *e-mail*.

Está presente também o Adriano para engrossar o movimento na esfera estadual, e temos de pensar na esfera federal porque lá acontecem as discussões mais organizadas, lá no Congresso.

Bom, vou ser bastante rigorosa com o tempo. Temos dois minutos para cada um. Tem a palavra o Sr. Laércio de Oliveira.

O SR. LAÉRCIO DE OLIVEIRA – Sou Presidente da Central do Trabalho, Empreendedorismo, Sustentabilidade e Vida. Essa central tem um fórum mundial em defesa dos direitos sociais da criança e do adolescente.

Temos uma visão de que, de 1988 para cá, desde a promulgação da Constituição até agora, 2013, foram assassinados à bala neste país 855 mil jovens numa faixa etária de 7 a 17 anos. Grupos ligados à Polícia Militar, às Forças Armadas, Exército, políticos, têm colocado essas crianças para vender drogas, praticando crimes e as matam como queima de arquivo.

As crianças de São Paulo, a investigação que fizemos aqui são 93 mil crianças adotadas pelo tráfico de drogas e 450 mil usuárias de drogas.

Defendemos que para se formar uma nova sociedade é preciso formar um novo cidadão, e isso seria através de novas políticas relativas à Educação, Esporte e Cultura. Porém, as autoridades constituídas são omissas. Por exemplo, o ex-prefeito Gilberto Kassab roubou cerca de 12 bilhões de reais da cidade de São Paulo. Desse montante roubado 2,750 milhões de reais foram da Educação. Assim, sucatearam todo o sistema público de Educação e da Saúde da cidade de São Paulo.

Queria fazer essas denúncias porque de 1º de janeiro a 25 janeiro foram distribuídos quatro cheques com dinheiro roubado - e os valores eu denunciei depois - para o Comandante Geral da Polícia Militar, para o Secretário de Segurança Pública, para o Comandante Militar do Exército. Sabem quem distribuiu os cheques? O próprio Ministro da Defesa, Geraldo Alckmin, o Presidente Nacional do PT e o próprio ladrão aqui, Gilberto Kassab.

Dentro desta Casa, o Police Neto, do mesmo partido do Gilberto Kassab, ele distribuía de 3 a 8 mil reais de propina para a Assessoria Militar aqui, e hoje está sendo distribuída pelo atual Presidente da Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado pela palavra.

(Aplausos)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Chamo agora o Marcelo Cavanha, educador social e militante do Hip Hop.

O SR. MARCELO CAVANHA – Na verdade, a minha fala foi contemplada pela fala de uma série de pessoas que passaram por aqui. Quero reforçar que faço parte do comitê contra o extermínio da juventude negra da periferia, que, como já foi dito, é lugar em que as balas não são de borracha, são de verdade, e é aonde o chicote estala.

Quero fazer uma proposta, eu tenho dificuldade devido ao meu trabalho de participar das atividades durante a semana. Sou estudante de Serviço Social, junto com aquelas meninas lindas... (Risos)

Quero que levemos esta discussão para ver como podemos montar uma mesa e levá-la para cursos, para as faculdades, para montarmos eventos e atividades com um grupo de assistentes sociais. Comprometo-me em conversar com a coordenação do curso para levarmos atividades como esta para mobilizarmos, conversarmos com as pessoas. É pensar no coletivo para levar essa discussão para as universidades.

Estamos nos formando agora, está saindo um grupo de novos assistentes sociais e seria bacana estarem conosco nessa luta.

Obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Aproveitando que foi falado sobre os grupos, por favor, peço que a gente se reúna, no final, para deliberarmos. Estou anotando, mas é preciso que registremos os contatos.

Agora falará André Alcântara do Movimento Nacional de Direitos Humanos. E depois Ricardo Bandeira.

O SR. ANDRÉ ALCÂNTARA – Obrigado. Boa noite a todos, a todas. Algumas inquietações surgiram. Depois de 11 anos na rede pública, em Sapopemba, tenho indagações quando a sociedade pede a redução da maioridade penal. Essa indagação é não só quanto à forma de reagir, mas de propor. Se reduzirmos a maioridade penal, um dos argumentos é que o adolescente consegue ver, tem consciência dos seus atos, tem a malícia, sabe muito bem, é um adulto. Nessa perspectiva podíamos reduzir então a idade para seja elegível, para ser votado. Com certeza, eu votaria na Ana Luíza e no Humberto porque, com certeza, o mundo não seria tão caótico, tão incoerente como está agora. Tanto a Ana Luíza quanto o Humberto não seriam eles, adolescentes, que hoje, diante do mundo adulto que provoca desapropriações em massa da população pobre da cidade, que provoca transporte coletivo lotado, não resolvem problemas do mundo adulto. Eles não são adolescentes envolvidos nesse ambiente de corrupção, de obras superfaturadas, de maldades, de violência colocada no mundo adulto, não são adolescentes que fazem isso. Se o adolescente, na perspectiva da direita, pode responder pelos seus atos por ter consciência, ele tem consciência e pode ser votado. Vamos eleger Ana Luíza e Humberto para parlamentares, para Vereadores, Presidente, prefeitos. Talvez seja essa a resposta à desigualdade social, que o *iceberg* da maioridade se apresente e que seja respondido. É tirar daqueles que têm muito e dar àqueles muitos que têm muito pouco.

Fica então uma instigação para o debate quanto à desigualdade social em que vivemos e também ao Estado capitalista.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra Ricardo Bandeira.

Antes, quero dizer a todos que têm *twitter* e *facebook*, que estão comprometidos: quinta-feira, amanhã, 15h, todos no *twitter* para fazermos um “twitaço”.

O SR. RICARDO BANDEIRA – Sou psicólogo. Trabalho em um serviço de abordagem com crianças e adolescentes em situação de rua. Durante o meu trabalho procuramos, precisamos estar em contato com o Conselho Tutelar. É impressionante o que enfrentamos no sentido da falta de formação dos conselheiros tutelares. Eles precisam de um

calendário para formação constante, precisam ter informação. Se não tivermos conselheiros tutelares informados, que são a instância máxima, a estância mais importante prevista pelo ECA, não vamos ter o fortalecimento do ECA. É incrível ver conselheiros e conselhos tutelares trabalhando de modo sucateado. Não tem sequer um celular e estão de plantão. E apesar de recorrerem às instâncias para requerer um celular no plantão, muitas vezes, o CMDCA deixa de atender essa solicitação. Em reunião com eles recebi essa informação, de que recebem ligação da operadora cobrando até contas atrasadas. É importante um mínimo de ferramenta para o Conselho Tutelar porque sem ele não vamos conseguir atender às reivindicações, e o fortalecimento e implantação do ECA.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra Benedito Raimundo, União de Moradores da Vila Santa Clara.

O SR. BENEDITO RAIMUNDO – Boa noite. Sou mais conhecido como Ditão Pandeiro, sou da União de Moradores da Vila Santa Clara. Quero deixar claro que tudo que está acontecendo é fruto de um Governo de direita. Desde 1982 até 2013, eles comandam o Estado de São Paulo. É um Governo de direita que manda no Estado de São Paulo. E agora vem com a hipocrisia de querer reduzir a maioria penal, de jogar nas costas dos menores? É brincadeira!

Tem um samba do Zeca Pagodinho, eu vou declamar para vocês:

“Me dê à mão, eu preciso de você. Seu coração, sei que pode entender. O calçadão é meu lar, meu precipício. Mesmo sendo um sacrifício, faça alguma coisa para me socorrer. Eu não quero ser manchete de jornal, ibope na TV. Se eu ficar por aqui, o que eu vou conseguir é, mais tarde, ser um mal para você. Não ser escravo do vício, ofício do mal, nem ser um mestre na arte de furtar. Quero estudar, me formar, ter um lar para viver. E apagar essa má impressão que em mim você vê”.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Se você puder escrever no nosso *face* seria bem bacana.

Tem a palavra o Joari Carvalho.

O SR. JOARI CARVALHO – Boa noite a todos, a todas. Sou conselheiro regional de psicologia em São Paulo. Venho trazer o apoio do Conselho Regional que, desde o primeiro momento, tem respondido à Câmara Municipal, tem provocado debates em todas as subsedes, sedes e junto à categoria. E não é de hoje.

O Conselho Regional de Psicologia, desde a década de 90, quando tivemos a promulgação do ECA, tem defendido, esteve presente, continua e reafirma o seu compromisso com a maioria penal somente a partir dos 18 anos, ou de preferência até ampliar. Fazer uma discussão no sentido de aumentar o período em que a sociedade se compromete com o jovem, não só com a criança e com o adolescente, mas com esse período peculiar para garantir o desenvolvimento pleno das nossas capacidades.

Trago também a mensagem de que o Conselho Regional de Psicologia, junto com o CRAS em São Paulo, com o Sitraemfa, com o Crefito, com o CNTSS e outras organizações de trabalhadores compõe o Fórum Estadual de Trabalhadores da Assistência Social.

Solidarizando-me com o Padre Lédio, nós também precisamos de seu apoio nas políticas públicas, em particular à política da Assistência Social, que executa uma série de serviços para crianças e adolescentes. Sem isso, trabalhadores e trabalhadoras, usuários em situação precária, não vão ter condições de exercer devidamente a sua profissão ou desenvolver plenamente as suas condições e potencialidades. Precisamos de apoio também. Apoio à redução da maioria penal é apoio a não precarização do trabalhador e do trabalho na Assistência Social como também em outras políticas.

Então, não à redução penal é não também a precarização dos serviços públicos no Estado de São Paulo, desde já e para sempre!

Obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tem a palavra, Muller, estudante.

O SR. MULLER – Boa noite. Gostaria de dizer que as pessoas, em meio ao debate da redução penal, que não podem esquecer o aspecto, o jogo político que acontece em São Paulo. O Alckmin falha em manter a segurança na cidade; falha em manter as políticas para manter a segurança na cidade; e tenta “botar” a culpa no jovem: “como eu posso garantir segurança se não posso prender criança?” Quer dizer que está apanhando de criança? Ele, o Governador, o Senhor do Estado, que tem praticamente a PM na mão! É bem verdade que o Governador usa a PM como braço de execução do Estado. Ele, com todo o poder do Estado, não pode lidar com a Segurança só porque não pode prender criança, alegando que por causa de dois anos ele não pode mandar uma pessoa para a cadeia. É um absurdo! Não tem cabimento! É preciso que haja ciência para entender o jogo político que está usando, tentando entrar nessa parte animalésca do povo, o povo que não tem ciência quanto à Segurança, dizer que precisamos por crianças na cadeia para resolver o problema dos crimes, não é verdade!

Era só isso.

Obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Tenho que registrar que muitos ajudaram neste encontro. Vamos então citar: Cedeca Sapopemba, Cedeca Interlagos, Conselho Tutelar de Itaquera, Coletivo de Professores, Pastoral do Menor, Fórum Regional de São Miguel, Fórum Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Obrigada a todos.

Tem a palavra o Sr. Ailton Amaral.

O SR. AILTON AMARAL – Sou do Círculo Palmarino, que é uma corrente do Movimento Negro que tem se voltado à defesa dos Direitos Humanos, principalmente quanto ao não extermínio da juventude na periferia.

Vou ser bem breve. Quero tratar de dois assuntos. Um deles diz respeito aos

cuidados que temos de ter a partir do momento que formos avaliar, revidar, nos proteger ou proteger as nossas crianças. Uma delas é a mídia, citada pelo Toninho.

A mídia é extremamente reacionária, tem colocado sim toda a população contra as crianças. Sou pai e por conta disso não sei como o meu filho, com 11 anos, ou minha filha, com cinco anos, se vão cometer pecados, erros ou crimes. Como a mãe que chora na periferia, a dor dela é tão grande quanto à da mãe que perdeu o filho num bairro de classe média, precisamos proteger as nossas crianças e não só as da periferia, mas todas elas. Então, se a morte de um adolescente branco parece sempre, na mídia, pesar mais na comoção do que de um adolescente preto, por que aceitamos?

Outro cuidado muito importante é quanto a este Governo conservador, nós temos de combatê-lo. Só para pegar um gancho de quanto pesa em nossa vida, a partir do momento em que houve a morte de um garoto de classe média, na zona Leste, três dias depois o Governo providenciou uma mudança de 500 páginas, na Constituição, para entregar ao Senado para providenciar a redução da maioria penal.

O Governo, porque deu 93% nas pesquisas de apoio à redução penal, pois temos uma sociedade reacionária, conservadora, então ele arrumou um projeto de lei de emenda constitucional para diminuir a idade penal.

Hoje, é importante pensar politicamente porque o Governo está aí sim para exterminar os nossos jovens da periferia, pois parece que é aonde o sangue tem menos valor.

Obrigado.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Registro que também estão com o nosso movimento: Conselho Tutelar da Mooca, Conselho Tutelar Tiradentes, Fórum de Assistência Social, Conselho de São Matheus, Conselho Popular, Movimento Popular, Arquidiocese de São Paulo; e os Vereadores Toninho Vespoli, Juliana Cardoso, Paulo Fiorilo, Alfredinho, Jair Tatto e Marco Aurélio Cunha. Também cito o Deputado Adriano Diogo e a

Deputada Beth Sahnão.

Tem a palavra Belo, assessor do Vereador Paulo Fiorilo.

O SR. BELO – Boa noite, companheiros, companheiras. Ouvindo o Padre Júlio sobre as instituições que cuidam dos direitos da criança e do adolescente, ele falou que elas estavam sucateadas. Percebemos os conselhos tutelares, o CMDCA, cuidando apenas dos efeitos porque combater a causa seria a aplicação efetiva dos direitos da criança e do adolescente.

Inscrevi-me para dizer que nós temos dispositivo, e a direita está querendo criar dispositivo para penalizar, para punir os jovens, os adolescentes.

Temos no ECA, os artigos quarto e quinto; e o art. sexto da Constituição garantindo o direito da criança e do adolescente. Acho que podemos criar um dispositivo para punir o Estado que não cumpre a lei, que não cumpre um dispositivo que está por aí há alguns anos. Como é que vamos fazer, além de ganhar essa batalha? Temos que continuar unidos, irmanados para garantir o que está na lei. Ou seja, temos instrumentos legais para que o Estado cumpra.

Deixa-me triste ver que as instituições não conseguem ter instrumento que puna o Estado caso não se aplique a lei, obrigando que seja aplicado o que está na lei.

Então, não é somente ganhar essa luta, mas acho que é continuar articulado para fazer garantir, pelo menos, o artigo quarto e quinto do ECA, e o sexto da Constituição Federal.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Obrigada, Belo.

Pessoal, qual o horário do “twitaço” amanhã?

- Resposta da plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – E qual é o *twitter*?

- Resposta da plateia.

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Temos de reforçar porque todos

sabem que pelo *twitter* conseguimos entrar na pauta da mídia. É muito importante que todos reproduzam.

Antes de o Silvio falar, registro que há mais participantes do movimento, como: Dezoito Razões, PT São Matheus, UNAS, Pastoral da Moradia, MDF, Variação, Santo Cristo, Conselho de São Miguel, Conselho de José Bonifácio, Casa de Acolhimento Guarani; Rede Fale; Fundação Abrinq; Educafro.

Tem a palavra o Sr. Silvio.

O SR. SILVIO – Quero deixar registrada a minha mensagem porque o que eu tenho pra falar é que sou contra a redução da idade penal, queremos é que se implante o ECA.

O ECA, como legislação, é suficiente para dar conta do anseio da sociedade. No dia da grande passeata, segunda-feira retrasada, na Avenida Faria Lima, um pai tinha um cartaz dizendo: Governador, não toque nos meus filhos. Quero reforçar a mensagem, como pai, para que o Governador do Estado de São Paulo, porque se quer se eleger, não venha condenar o pobre, o preto, o periférico. Não venha querer condenar, não toque nessa juventude, faça com que a política de Educação, de Segurança, de lazer se faça presente na cidade. Aí sim vai resolver a questão da violência.

O Prof. Antonio Carlos Gomes da Costa, falecido, dizia, dava uma mensagem que vale para todos que são a favor da redução da maioridade penal: dê ao pobre a mesma educação que dá para seu filho. Ele não vai sair por aí matando, violando direitos.

Era essa a minha mensagem.

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Termina agora o registro dos que participam conosco: Conselho Tutelar de Sapopemba, Coordenadoria da Juventude de São Paulo; assessoria dos Vereadores Senival e Nabil; Conselho Regional de Psicologia, Pastoral da Juventude; Associação Padre Moreira; Fundação Gol de Letra; Sindicato dos Psicólogos; Ação Comunitária Jardim Colonial, Padre Emir; Associação Brasil Gigante; CRAS Lapa;

CREAS Pirituba; Sociedade Santos Martins; Abecal; Instituto Anchieta; SOS Racismo; Fórum DCA Andrade Tiradentes; Conselho Parque São Rafael; Conselho Tutelar Jardim Helena; e Movimento Negro.

Todos os citados estão presentes nesta luta e nos ajudaram a convocar este ato. Quero uma salva de palma a todos, a todos que fizeram parte com seus depoimentos.
(Palmas)

Tem a palavra o Écio, que vai fazer alguns encaminhamentos.

O SR. ÉCIO – Quero apenas pontuar uma questão importante referente à formação dos conselheiros tutelares.

Eu concordo plenamente porque estamos cobrando, como Comissão Permanente, principalmente do CMDCA quanto à formação continuada, e não somente isso, mas uma formação conjunta dos conselheiros tutelares junto com os órgãos que formam a garantia de direitos. Não adianta dar formação continuada aos conselheiros tutelares e outros agentes do segmento de garantia de direitos entenderem certas ações de maneira contrária.

Outra questão interessante que foi dita é quanto à punição do Estado, e eu concordo. Os mecanismos que os conselheiros utilizam é uma representação ao Ministério Público que, infelizmente, tem resultado em um TAC – Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público e o Estado.

Então, nós dependemos de todos. Nós, conselheiros tutelares, só seremos mais fortes com a união de todos, da população e dos movimentos que nos elegem.

(Palmas)

A SRA. SUELI – Encerrando os trabalhos desta noite, agradecemos a presença de todos. Quero dizer da tamanha riqueza que foi, que nós, do Movimento Contra a Redução da Maioridade Penal contamos com a contribuição de vocês.

Ainda fica registrada a proposta quanto ao fortalecimento das comissões, que a Juliana já mencionou. Também a organização do ato contra a redução da idade penal,

contamos com todos vocês.

Temos também a proposta de reunião com os parlamentares, em Brasília. A articulação nas universidades também é muito importante, e para isso dependemos do apoio de vocês.

Não poderíamos encerrar sem o boa noite a Ana Luíza e do Humberto, encerrando esta noite com a voz da criança e do adolescente, que é prioridade absoluta pelo menos para nós que estamos aqui.

ANA LUÍZA – Boa noite. Gostaria de finalizar dizendo que como tivemos vários questionamentos, dou uma breve resposta a todos eles. Antes de termos qualquer melhoria em nosso País, no Município ou no Estado de São Paulo, devemos encarar que ao considerar a juventude brasileira como futuro do Brasil, nós estamos terceirizando, pois quando chegarmos ao tão falado futuro do Brasil já estaremos na idade adulta. Estamos aqui estimulando a fala, a participação efetiva na luta para a garantia de nossos direitos enquanto juventude.

Peço que encaremos como sendo um presente do País, que as mudanças que devem ser feitas que sejam realizadas agora.

Boa noite.

(Palmas)

HUMBERTO – Gostaria de enfatizar que a juventude é o futuro do Brasil. Se privarmos a sua liberdade não teremos futuro, não teremos Educação.

Era só isso. Muito obrigado. (Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Juliana Cardoso) – Amanhã a gente se encontra no *twitter*.

O horário é 15h!

Muito obrigada a todos, agradeço pela contribuição valiosa ao evento.

Declaro encerrada a audiência pública.

Boa noite a todos.

(Palmas)